

RECENSÃO CRÍTICA AO CAPÍTULO DE LIVRO 'From an Inventory to a Heritage Information System' de Vasco Martins Costa

In António dos Santos QUEIRÓS (Coord.)
*Examining A New Paradigm Of Heritage
With Philosophy, Economy And Education*
Hershey, Pa (Usa): Igi Global, 2020
Cap. 7: 86-106
ISBN: 978-1799836360

Maria João Neto, Clara Moura Soares

ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras,
Universidade de Lisboa, Portugal

claramourasoes@letras.ulisboa.pt –

ORCID | 0000-0002-7399-4822;

mjneto@letras.ulisboa.pt –

ORCID | 0000-0002-1777-7698

O texto objeto desta revisão, de Vasco Martins Costa (1942-2020), publicado no presente ano de 2020, infelizmente já depois do falecimento do autor, faz parte da importante obra *Examining a New Paradigm of Heritage with Philosophy, Economy and Education*, coordenada por António dos Santos Queirós. Pretende-se salientar a relevância e atualidade do estudo, devidamente enquadrado na importante missão desempenhada durante quase duas décadas pelo seu autor, enquanto responsável máximo pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)¹.

O Engenheiro Vasco Costa assume a direção dos serviços no fim da década de 80. Eram tempos de indefinição e de novos desafios carentes de uma abordagem objetiva e consequente. Continuava por definir uma política concertada de património tutelada

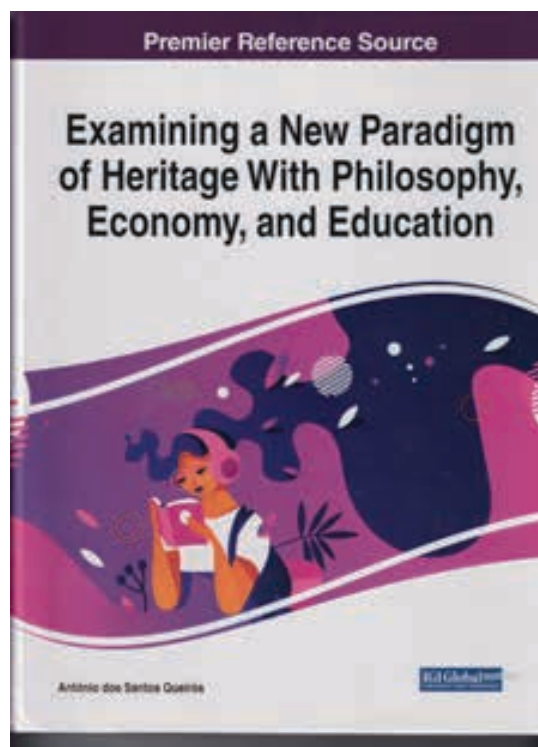


Fig. 01. António dos Santos Queirós (Coord.) *Examining a New Paradigm of Heritage with Philosophy, Economy and Education*. Hershey, PA (USA): IGI Global, 2020 (Capa).

por um único serviço dentro do aparelho do Estado. Ao invés das propostas anunciadas logo após 1974, a dispersão de competências teimava em persistir. Em 1980, ao mesmo tempo que era publicada a nova lei orgânica da DGEMN (Decreto-Lei n.º 204/80 de 28 de julho), nascia o Instituto Português do Património Cultural (Decreto-Lei n.º 59/80 de 3 de abril). As leis orgânicas dos dois serviços mostravam uma evidente tentativa de compromisso colaborativo, contudo, na prática, muito ficava por definir.

Avolumavam-se dificuldades financeiras e de recursos humanos especializados, entre arquitetos e engenheiros civis, apesar de o regime jurídico de 1980 ter procurado obstar ao problema. Reforçava-se a necessidade da constituição do inventário do Património Arquitetónico nacional, mas faltou a determinação e

¹ Fundada em 1929, a DGEMN foi extinta em 2007, sendo as suas competências então divididas entre o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. A DGEMN teve em Vasco Martins Costa o seu quarto e último diretor-geral.



Fig. 02. Engenheiro Vasco Costa na visita inaugural do centro de documentação da DGEMN no Forte de Sacavém, com o Engenheiro João Cravinho, então Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, 1998 (Foto Família Eng. Vasco Costa).

o alcance dos meios de apoio necessários para a boa condução da iniciativa.

A intensa atividade desenvolvida pela DGEMN no restauro dos monumentos e na construção e conservação de edifícios públicos, desde a sua criação em 1929, tinha gerado um importantíssimo fundo documental entre milhares de projetos, fotografias e processos textuais². Consciente da importância da salvaguarda do legado arquivístico e da necessidade de consolidar o serviço de inventário, Vasco Martins Costa e a sua equipa promovem uma nova lei orgânica para a DGEMN³, onde é contemplada uma Direção de Serviços de Inventário e Divulgação. Esta passa a viver a par das Direções de Serviços de Planeamento e Informação, de Serviços de Estudos e Projetos e da Direção de Serviços de Administração e Recursos Humanos.

O novo instrumento jurídico inscrevia no domínio das competências da DGEMN, a de *promover a organização e a actualização de um arquivo documental*. Esta iniciativa deu efetividade prática à constituição do Inventário do Património Arquitectónico (IPA), tarefa

secularmente projetada, desejada e necessária, mas sempre truncada por vicissitudes várias ao longo da nossa história⁴. O IPA foi disponibilizado ao público em abril de 1993, através do SIPA- Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Para instalação conveniente de todo este acervo documental e consequente disponibilidade de consulta pública, decidiu a DGEMN adquirir o Forte de Sacavém, na foz do rio Trancão e dotá-lo de todas as condições para enfrentar, no início de uma nova centúria, o desafio da pesquisa histórica da nossa herança arquitectónica⁵. Seguiu-se o desenvolvimento da elaboração da Carta de Risco do Património, com base nos dados do SIPA dispostos a informar sobre o estado de conservação do património edificado, identificando o grau de degradação dos imóveis, para daí definir prioridades de intervenção⁶. Como suporte, por excelência, do espírito de divulgação da atuação dos serviços, começou a ser editada, a partir de setembro de 1994, a revista *Monumentos*.

É precisamente em torno do SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico que Vasco

2 Sobre a ação destes serviços veja-se Maria João Neto – “A Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal, 1929-1999”. *Caminhos do Património*, Catálogo da Exposição. Lisboa: DGEMN e Livros Horizonte, 1999, 23-43.

3 Decreto-Lei n.º 284/93, de 18 de agosto; Decreto Regulamentar n.º 29/93, de 16 de setembro; Portaria n.º 1027/93, de 14 de outubro.

4 Cf. Margarida Alçada – “O Inventário do Património Arquitectónico”. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa: s. 3, n.º 2 (out., 1997, abril 1998), 93-96.

5 Despacho Conjunto n.º 298/98, *Diário da República II Série*, 22-4-1998

6 Cf. “Arquivos revelam monumentos”. *Expresso*, 12-12-1997.

Martins Costa constrói o seu texto intitulado *From an Inventory to a Heritage Information System*. Este deve ser considerado de acordo com a autoridade do autor face à sua ligação institucional, profissional e pessoal a um projeto do qual foi o principal impulsor. Conhecedor das mais atualizadas orientações de alguns prestigiados organismos internacionais (e.g. UNESCO, ICCROM, ICOMOS, Getty Institute), nos domínios da conservação do património, do seu inventário e documentação, é com uma forte visão progressista que o engenheiro civil de formação então encara o desafio da implementação em Portugal de um inovador sistema de informação técnica e científica, que se viria a constituir como o maior repositório digital de documentação de arquitetura do país.

Numa altura em que cada vez mais se fala em humanidades digitais e sobre as potencialidades da tecnologia informática e do meio digital na abertura de novas linhas de investigação, interpretação e análise em áreas de estudo como a história da arte, a literatura, a filosofia, a história ou a linguística, o artigo de Vasco Martins Costa apresenta-se com a maior pertinência e atualidade.

No seu conjunto coerente e bem articulado, o texto constitui um referencial para quantos se dedicam aos estudos do Património Arquitetónico e arquivístico, do inventário, dos sistemas de informação, das humanidades digitais.

Estruturado em duas partes, o estudo parte da convicção de que a informação é a essência do património, dependendo da sua gestão metódica e sistemática, através da utilização de bases de dados interoperacionais, benefícios múltiplos para a gestão e conservação do património e para a sociedade onde este se insere.

Neste sentido, a primeira parte, intitulada *Historical and Social Reasons*, inicia-se com o conceito de Património, e em particular de Património Arquitetónico, assinalando o autor, de acordo com as cartas internacionais (da Carta de Veneza 1964 à Carta de Cracóvia 2000) a sua crescente abrangência em termos de significado e de importância, como reflexo cultural da história e da evolução das sociedades. É essa abrangência, envolvendo monumentos, mas também outras arquiteturas menos valorizadas e menos estudadas, igualmente integrantes dos tecidos urbanos e das paisagens, geradora de desafios cada vez maiores à conservação do vasto e diverso Património Arquitetónico. Esses desafios precisam, contudo, de ser compatibilizados com o progresso e com o desenvolvimento das cidades, sem pôr em causa princípios elementares de respeito pela autenticidade e pela integridade do Património. Para o efeito, é essencial o estabelecimento de metodologias de trabalho sólidas, alicerçadas no estudo da sua história, no conhecimento dos seus materiais e das suas técnicas, sem, contudo, prescindir da identificação dos valores que esses patrimónios representam para a(s) sociedade(s). A realização de ins-

Fig. 03. Forte de Sacavém, onde se encontra o acervo arquivístico do SIPA, foto de José Caeiros (Google Maps), 2012.



peções técnicas (pertinentemente designadas no texto por “diagnósticos empíricos” ou “pré-tecnológicos”) por profissionais especializados e bem preparados, conhecedores de técnicas e materiais de construção de diversas épocas, é igualmente fundamental para se alcançarem critérios de intervenção assentes em princípios de autenticidade, intervenção mínima, durabilidade reversibilidade e eficiência. Por sua vez, a sistematização da informação obtida, através da utilização de bases de dados, assume um papel essencial permitindo às equipas técnicas responder adequadamente e de forma célere aos desafios colocados, estabelecendo-se ações preventivas, prioridades e estratégias de intervenção, ao mesmo tempo que se potencia a otimização do tempo, dos recursos humanos e dos financeiros, sempre limitados.

Fundamentadas as motivações e os benefícios múltiplos da recolha exaustiva de informação sobre o Património Arquitetónico, bem como do seu tratamento metódico em bases de dados estruturadas de acordo com orientações e normas internacionalmente estabelecidas para o inventário e para a documentação, o autor dedica a segunda parte do estudo, intitulada *Organisation of the Heritage Information System*, à apresentação da organização e do *modus operandi* do SIPA. Aqui destaca as suas mais valias e enquadrando-as nos desafios da gestão e da conservação do Património Arquitetónico das sociedades contemporâneas.

Sublinha o quão determinante é a aposta numa gestão eficiente de toda a informação disponível, através do recurso a modernas tecnologias de informação e comunicação (TIC), as quais permitam estabelecer a correlação entre os vários conteúdos, de modo interoperacional.

O SIPA funciona com seis bases de dados interoperacionais, com a possibilidade de poder vir a integrar outras congéneres. Estas contemplam bases de dados de: 1 – *Investigação Aplicada* (práticas, técnicas e conhecimentos tradicionais); 2 – *Fontes Documentais* (desenhos técnicos e cartográficos, fotografias e processos administrativos); 3 – *Investigação Histórica* (informação histórica, técnica e administrativa); 4 – *Gestão de Riscos* (grau de risco dos imóveis, prioridades e soluções); 5 – *Paisagem* (compreensão e gestão das cidades) com utilização de um Sistema de Informação Geográfica (SIG); e 6 – *Thesaurus e Glossário* (gestão de vocabulário controlado e conceitos).

Cada base de dados gere aspetos específicos dos conteúdos integrados no Sistema de Informação, os quais são potenciados através das interrelações permitidas pela tecnologia informática adotada. O site www.monumentos.gov.pt constitui a face visível para o público em geral do manancial de informação já introduzido no sistema, permitindo a sua ampla difusão e potenciando a sua utilização.

A importância e o valor do SIPA, salientados através das qualidades da informação nele disponibilizada, cujos conteúdos, de livre acesso, contribuem para a democratização do conhecimento sobre o património e para uma sociedade informada (Carta de Okinawa, 2000), integram parte das reflexões finais. Partilhando uma visão integrada do património, o autor destaca entre um conjunto de mais-valias do sistema, o apoio ao desenvolvimento económico sustentável na construção do futuro, assente no património como importante força motriz para a sociedade, nomeadamente através da criação de emprego.

Desenvolvimento e sustentabilidade são as palavras-chave com as quais Vasco Martins Costa termina o seu texto, através de um pertinente “Look into the Future”. Na senda dos conteúdos da Carta de Cracóvia (2000) e da Convenção Europeia da Paisagem (2000) citadas, salientam-se as potencialidades do Património Arquitetónico numa estratégia sustentável de desenvolvimento económico, social e cultural, onde as pessoas e, em particular, as comunidades locais, são partes importantes da equação. É, pois, premissa fundamental a promoção da gestão e conservação do património, assegurando o bem-estar físico, psicológico, material e social das populações.

Em jeito de conclusão, é relevante referir que o SIPA, importante ferramenta informática, com capacidade para gerir uma enorme quantidade de informação, proveniente de diversas fontes e com diferentes características, colocou a DGEMN, uma instituição pública portuguesa, numa posição de referência no contexto internacional. O reconhecimento das mais-valias do seu sistema de informação permitiu que a DGEMN alcançasse representação na direção do *International Council on Archives* (secção de Arquitetura) e no prestigiado curso promovido conjuntamente pelo ICCROM e pelo Getty Conservation Institute, ARIS – Architectural Records, Inventories and Information Systems for Conservation.

Atendendo às potencialidades de pesquisa decorrentes dos conhecimentos cruzados oferecidos pelo SIPA, sobre as diversas dimensões do património, este tem sustentado, desde meados dos anos de 1990, inúmeras investigações, através da consulta remota online e em acesso aberto de milhares de fontes documentais.

Hoje, depois da extinção da DGEMN (2007) e dos efeitos prolongados da grave crise financeira de 2007-2008, o projeto SIPA encontra-se muito subaproveitado, padecendo de inúmeros problemas decorrentes da rápida obsolescência dos hardwares e softwares informáticos, e da necessidade da sua manutenção e atualização contínuas.

Dando voz a tantos investigadores que reconhecem a importância dos recursos do SIPA e que deles dependem para fazer ciência, numa responsabili-

dade acrescida pelas funções docentes universitárias que as autoras desta recensão desempenham, não podemos deixar de aproveitar o ensejo para apelar à sensibilização das instâncias competentes, no sentido de que o ainda inovador projeto SIPA, e todos os recursos patrimoniais e de memória a ele associados, sejam justamente valorizados e disponibilizados aos utilizadores com a dimensão e eficiência com as quais Vasco Martins Costa fez pautar a criação do sistema âncora dos serviços sob sua tutela.

Em prol do Património Arquitetónico Nacional, é de todo necessário não desperdiçar recursos preciosos, e em favor da nossa consciência e dignidade cívicas devemos saber reconhecer, aproveitar e dar continuidade ao meritório trabalho de competentes profissionais.

Porque só se valoriza e defende o que se conhece.